

Tecendo Reflexões sobre a Educação Especial e Inclusão Escolar

Weaving Reflections on Special Education and School Inclusion

Miriam Ferrazza Heck *¹

*miriamfzh@gmail.com

¹ Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

RESUMO

Neste artigo, apresentam-se algumas reflexões sobre a Educação Especial e a Inclusão Escolar, ressaltando a sua relevância nos diversos contextos políticos, econômicos e sociais brasileiros. O texto possui a característica de uma pesquisa qualitativa, sendo que, teve como objetivo ampliar e promover algumas reflexões pertinentes sobre a temática. Neste sentido, os aportes teóricos fundamentaram-se nas concepções de Batista (2006), Beyer (2005), Brasil (1996/ 2001), Carvalho e Monte (1995), Frias e Menezes (2015), Granemann (2016), Machado (2000), Mantoan (2003), Sasaki (1997), Mittler (2003), Sanchez (2005), Schaffner e Buswell (1999), Mazzotta (2005), Meireles, Izquierdo e Santos (2007) e Stainback (1999). Os resultados das análises indicaram a necessidade de reavaliar e reformular o Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino, de modo que este se norteie pelos princípios filosóficos, democráticos e igualitários. Neste sentido, considera-se que as redes de apoio são importantes ferramentas para promover debates educativos, a troca de experiências, métodos e técnicas que possam auxiliar professores e alunos a se adaptarem e contribuir com os processos de inclusão no ambiente escolar. Por fim, acredita-se que os processos inclusivos podem contribuir com a formação de cidadãos mais conscientes e participativos no desenvolvimento de uma sociedade mais democrática.

Palavras-chaves: Democracia; Educação Especial; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

This article presents some reflections on Special Education and School Inclusion, highlighting its relevance in the different Brazilian political, economic and social contexts. The text has the characteristics of qualitative research, and its objective was to expand and

promote some pertinent reflections on the topic. In this sense, the theoretical contributions were based on the concepts of Batista (2006), Beyer (2005), Brasil (1996/ 2001), Carvalho and Monte (1995), Frias and Menezes (2015), Granemann (2016), Machado (2000), Mantoan (2003), Sasaki (1997), Mittler (2003), Sanchez (2005), Schaffner and Buswell (1999), Mazzotta (2005), Meireles, Izquierdo and Santos (2007) and Stainback (1999). The results of the analyzes highlighted the need to take a look at the re-elaboration of the Political Pedagogical Project of educational institutions, which must begin to be guided by philosophical, democratic and egalitarian principles. In this sense, it is considered that support networks are important tools for promoting educational debates, the exchange of experiences, methods and techniques that can help teachers and students to adapt and contribute to the processes of inclusion in the school environment. Finally, it is believed that inclusive processes can contribute to the formation of more conscious and participatory citizens in the development of a more democratic society.

Keywords: Democracy; Special Education; School Inclusion.

1. Introdução

A Educação Inclusiva é fruto das mudanças históricas que foram constituídas socialmente ao longo do tempo. Neste sentido, torna-se importante que os educadores compreendam o processo educacional dos primórdios até os dias atuais, ou seja, a evolução do ensino, a fim de ampliar seus conhecimentos e se adaptarem à realidade social. Em relação aos aspectos da inclusão no espaço escolar, destaca-se o princípio norteador da Declaração de Salamanca, que enfatiza a importância de que todas as escolas deveriam:

acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizadas (BRASIL, 1999, np).

Neste sentido, evidencia-se que todas as crianças precisam ser vistas como seres humanos de forma igualitária, sem preconceitos sociais. A escola pode ser considerada como um ambiente propício para desenvolver e proporcionar processos de inclusão de estudantes com necessidades especiais, levando em considerações suas necessidades físicas, psíquicas e motoras. Assim, salienta-se que os processos de inclusão devem estar presentes em todas as instituições de ensino, nas escolas públicas e privadas, em todas as modalidades educativas.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a metodologia qualitativa. Por meio de pesquisa bibliográfica, os materiais empíricos foram selecionados pela relevância temática, ou seja, buscou-se materiais que tivessem como objetivo promover reflexões sobre Educação Especial e Inclusão Escolar, destacando-se as concepções de Batista (2006), Beyer (2005), Brasil (1996/ 2001), Carvalho e Monte (1995), Frias e Menezes (2015), Granemann (2016), Machado (2000), Mantoan (2003), Sasaki (1997), Mittler (2003), Sanchez (2005), Schaffner e Buswell (1999), Mazzotta (2005), Meireles, Izquierdo e Santos (2007) e Stainback (1999).

A pesquisa aqui apresentada caracteriza-se de forma qualitativa. Minayo (1994, p. 21) enfatiza que este tipo de pesquisa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Creswell (2014) corrobora ao afirmar que a pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/ teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, direcionando para uma descrição complexa e uma interpretação do problema, contribuindo para a literatura ou um chamado à mudança.

3. Aspectos Metodológicos

Atualmente, objetiva-se que as escolas de Educação Especial desenvolvam seus trabalhos em conjunto com as escolas de ensino regular, de forma cooperativa, sendo capazes de auxiliar no processo de inclusão de todos os alunos no ambiente escolar. Neste sentido, estas escolas devem complementar o ensino regular e não substituí-lo, ou seja, devem oferecer suporte aos alunos que possuem algum tipo de deficiência cognitiva, motora, etc., a fim de promover subsídios essenciais para auxiliar a aprendizagem e socialização em escolas de regime regular.

Sasaki (1997) enfatiza que a Educação Especial pode ser dividida em quatro partes: exclusão, segregação/separação, integração e inclusão. Cabe ressaltar que, por muito tempo, o modelo de exclusão foi o mais predominante, as pessoas com algum tipo de deficiência eram excluídas de todos os tipos de educação.

Nesta perspectiva, Mazzotta (2005) destaca a existência de três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas

com necessidades especiais, principalmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação, possuindo as seguintes características: *A Marginalização* – caracterizada pelas atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população; *Assistencialismo* – são as atitudes marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dar proteção às pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos; *Educação/reabilitação* – são as atitudes de crença nas possibilidades de mudança e desenvolvimento das pessoas com deficiência e, em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.

Neste contexto, Meireles, Izquierdo e Santos (2007) ainda mencionam que as três formas principais de integração são: *situacionais*, em que unidades ou turmas especiais se encontram ligadas a escolas de ensino regular; *sociais*, nas quais os alunos da unidade convivem fora da sala de aula; e *funcionais*, nas quais aqueles que têm necessidades educacionais assistem às aulas da escolaridade regular em regime de tempo integral ou parcial.

Na fase de segregação/separação, as pessoas com necessidades especiais estão inseridas em escolas especiais e as pessoas ditas como normais, no ensino regular, por vezes, as pessoas especiais ficavam separadas do convívio social. Na fase de integração, as pessoas com necessidades especiais estão na mesma instituição de ensino que as pessoas ditas como normais, em grupos separados. A última (atual fase) é a de inclusão, na qual as pessoas com necessidades especiais estão inseridas na mesma escola e no mesmo grupo de pessoas ditas como normais. Esse modelo requer mais da escola, pois prevê um ensino que abranja todos em uma classe dentro de uma mesma escola.

Neste sentido, Sasaki (1997), ao explicar sobre o processo de inclusão/integração educacional, situa quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão: *Fase de Exclusão*: período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade; *Fase da Segregação Institucional*: neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação; *Fase da Integração*: algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade; *Fase de Inclusão*: todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os

procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

Desta forma, salienta-se ainda que foi somente a partir dos anos 70 que ocorreu a transferência das pessoas com deficiência das instituições especiais para as escolas regulares. Analisando aspectos da legislação educacional brasileira, constatou-se que as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), na Resolução CNE/CBE nº 2/2001, determinam, no art. 2º, que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Assim, acredita-se que o processo de inclusão visa que a escola se molde para atender às necessidades de cada aluno, sendo que este princípio de prática inclusiva deve ser aplicado a todos os alunos sem exceção. Neste processo, os professores precisam se tornar capazes de desenvolver uma metodologia de ensino e aprendizagem mais inclusiva no ambiente escolar.

Segundo Batista (2006, p.17), o suporte existe “[...] para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência”. Por exemplo, quando um aluno com deficiência visual é incluído na escola regular, o atendimento especializado da escola especial pode, entre outras atividades, ensinar o Braille.

Ainda, Mantoan (2003) menciona que a inclusão pode ser compreendida como uma forma de desenvolver a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A Educação Inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção, adequando-se à necessidade pessoal de cada estudante, os que possuem deficiência física, os que têm comprometimento mental, os superdotados, etc.

Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados, a equipe da escola inclusiva deve discutir os problemas escolares, como o motivo de tanta repetência e indisciplina, e, ao mesmo tempo, precisa apoiar os professores no desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, buscando a participação da família nos processos educativos, de forma a contribuir com a formação dos estudantes.

Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Neste sentido, os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições e seu ritmo. As práticas pedagógicas precisam ser adequadas e adaptadas a todos os estudantes, considerando a demanda social e a igualdade de direitos educativos.

Apesar de existirem leis constitucionais que garantem o direito dos alunos especiais em escolas regulares de ensino, ainda existe um movimento de resistência que tenta impedir a inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas, principalmente em deficiência mental. Por sua vez, acredita-se que toda a escola inclusiva precisa ter bem articulado seu projeto pedagógico, a fim de orientar todos os envolvidos com o contexto escolar.

Neste sentido, as escolas precisam se adaptar para a Inclusão. Além de fazer adaptações físicas, necessitam oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, preferencialmente no mesmo ambiente educativo. No caso de uma criança cega, por exemplo, ela acompanha as aulas com os colegas que enxergam e, no contraturno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem Braille e de instrumentos, como o Soroban, para realizar cálculos, entre outras atividades.

O atendimento especializado deve ser garantido, mesmo no caso das escolas públicas que não recebem apoio pedagógico ou verba. Neste caso, existe a opção de fazer parcerias com entidades de educação especial, por exemplo, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), disponíveis em diversos municípios. No caso dos Institutos Federais, pode-se observar amplamente que, em seus diversos campos de atuação, existe o cumprimento da legislação educacional, ou seja, o acesso e permanência é democrático, ao mesmo tempo que existe o processo de Inclusão no ambiente escolar e, ainda, contam com apoio educacional adequado.

Enquanto isso, os gestores das instituições de ensino precisam continuar exigindo dos governantes o apoio previsto em lei. No caso, das escolas de ensino privadas, o serviço especializado também pode vir por meio de parcerias e deve ser oferecido sem encargos financeiros adicionais para os pais.

Em relação à avaliação dos alunos especiais, não precisa necessariamente ser diferenciada, ou seja, é possível planejar uma boa avaliação escolar, mesmo em uma classe que possui alunos em processos inclusivos, pois o professor deve buscar ampliar e desenvolver a autonomia de seus estudantes independente de suas condições físicas, cognitivas ou motoras. Para tanto, os métodos avaliativos devem ser entendidos como um processo de crescimento e evolução, sendo que o mérito vem do esforço pessoal para vencer as suas limitações, e não da comparação com os demais alunos da turma.

No contexto educativo, o processo de inclusão traz contribuições positivas para aos alunos. De acordo com Mittler (2003, p.53), destacam-se:

Benefícios para alunos **sem deficiência** ou síndrome: têm acesso a uma gama bem mais ampla de papéis sociais; perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente; desenvolvem a cooperação e a paciência;

adquirem grande senso de responsabilidade; melhoram o rendimento escolar; são mais bem preparados para a vida adulta, porque, desde cedo, assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano. -Benefícios para alunos **com deficiência** ou síndrome: aprendem a gostar da diversidade; adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas; demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem por meio do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não; ficam mais bem preparados para a vida adulta em sociedade diversificada; entendem que são diferentes, mas não inferiores.

Os programas de capacitação e acompanhamento colaboram e subsidiam o trabalho docente, visando à diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá a beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas também, de uma forma geral, a educação escolar como um todo. Sasaki (1997) acredita que, para tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência nas escolas regulares, as ações são de vários tipos e devem ser, em sua maioria, implementadas simultaneamente. Para tanto, faz-se necessária uma ampla e contínua campanha de esclarecimento do público, visando disseminar este tipo de informação e consciência de toda a população, pois só por intermédio destes conhecimentos podemos contribuir com a formação integral dos estudantes.

Cabe ressaltar a Declaração de Salamanca, a qual aborda os preceitos constitucionais brasileiros pertinentes ao direito à educação no ensino regular, os princípios da inclusão escolar, os procedimentos em sala de aula e as atividades extracurriculares que constituem as melhores práticas de ensino e aprendizagem já comprovadas por escolas inclusivas bem-sucedidas.

De acordo com Granemann (2016, p.1)

O processo de inclusão envolverá, portanto, a reestruturação das culturas, das políticas e das práticas de nossas escolas que, como sistemas abertos, precisam rever suas ações, até então predominantemente excludentes. No entanto, tal processo vem ocorrendo gradativamente e exigindo novas discussões, estruturas e adequações. É algo possível, viável, mas que exige pensar, querer e encarar o árduo caminho para mudar.

Sanchez (2005) corrobora ao mencionar que a Educação Inclusiva visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Neste sentido, propiciar a inclusão é participar de um processo de mudança, fazendo parte da reorganização da escola, onde estar incluído significa ter o direito de aprender junto, independente das condições físicas, linguísticas, intelectuais, sociais e emocionais.

Por sua vez, Beyer (2005) explica sua opinião sobre a inclusão e defende a ideia da escola inclusiva, afirmando que “[...] se eu ponho uma criança com deficiência na escola, eu acelero o processo de mudança [...]”. Nesta perspectiva, a escola inclusiva nada mais

é do que uma escola de qualidade para todos. O autor ainda afirma que a inclusão propõe uma ruptura dos paradigmas existentes, propicia a construção de um novo trabalho, um novo lazer, uma nova escola. Este tipo de proposta visa melhorar a vida de todos os cidadãos, promover a socialização e a igualdade de direitos educativos.

Frias e Menezes (2015, p.14) afirmam que dentre as formas de adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, estão:

- A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula;
- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar;
- Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar;
- Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários;
- Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral;
- Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

Por sua vez, Schaffner e Buswell (1999) mencionam que os primeiros passos para a criação de uma escola inclusiva e de qualidade são estabelecer uma filosofia da escola baseada nos princípios democráticos e igualitários da inclusão. Assim, no que se refere aos princípios inclusivos, Stainback (1999, p. 12), afirma que as escolas inclusivas “[...] partem de uma filosofia segundo a qual todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária”.

De acordo com Carvalho e Monte (1995), a presença do aluno com deficiência faz com que exista uma maior colaboração na sala de aula, pois promove a inclusão e colabora com o desenvolvimento de uma sociedade menos excludente, que aceita as diferenças. Assim, espera-se que o docente promova sua ação educativa num ambiente de ensino em que as diversidades de seus estudantes sejam respeitadas. Essa prática pedagógica, conforme Zoia (2006, p.23), deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação.

Ainda em relação ao ambiente educacional, Crochík (2011, p.30) enfatiza que:

Na atual educação formal, é nítido o incentivo para o desenvolvimento das competências, das habilidades, do ‘aprender a aprender’ o que é julgado importante. Essa tendência que parentemente é democrática, por defender alunos autônomos, que possam buscar sozinhos o conhecimento nos diversos recursos existentes, entre eles e na internet, por preparar indivíduos que possam atuar de forma competente em suas vidas profissionais, auxilia na produção de sujeitos sem subjetividade. As competências e as habilidades não são neutras, dependem do que a

sociedade necessita e, assim, dever-se-ia pensar a quem beneficiam em seu desenvolvimento.

Desta forma, acredita-se que os processos de inclusão no ambiente educacional devem ser ampliados e qualificados, buscando desenvolver competências e habilidades dos estudantes nas diferentes modalidades de ensino.

4. Considerações Finais

A Inclusão é o processo social que envolve a interação com o outro, concebida como uma proposta criada para abranger todos os alunos, visto que preconiza o direito de estar na escola, independentemente de sua condição física, linguística, emocional e social.

Aos professores, pode-se considerar que o maior ganho está em garantir a todos o direito à Educação, de forma a promover a convivência social e aprendizagem. Neste sentido, torna-se importante que os educadores desenvolvam a capacidade de acreditar em seus alunos sem exceção, e que busquem alternativas para vencer os obstáculos escolares, idealizando e contribuindo com o desenvolvimento de uma educação de qualidade e igualitária.

Por fim, acredita-se que a Educação Inclusiva deve constituir uma proposta educacional a qual socializa o direito de todos os alunos no ambiente escolar, sem discriminação de qualquer natureza. Para tanto, faz-se necessário que as instituições de ensino desenvolvam uma reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, baseando-se nos princípios democráticos e igualitários, de forma a promover uma formação de qualidade e inclusiva aos seus estudantes.

Referências

BATISTA, C. A. M. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2. ed. Brasília: MEC – SEESP, 2006.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1996.

BRASIL. **Ensaio Pedagógico**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CARVALHO, E. N. S.; MONTE, F. R. F. **A educação inclusiva de portadores de deficiência em escolas públicas do DF**. Temas em Educação Especial III, São Paulo, ed. Universidade São Carlos, 1995.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CROCHÍK, J. L. **Teoria Crítica da Sociedade e Psicologia**: alguns ensaios. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília: CNPq, 2011.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais**: contribuições ao professor do Ensino Regular 2015. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

GRANEMANN, J. L. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola**: uma proposta necessária e em ascensão. 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15-3634-int.pdf>>. Acesso em 16 set. 2017.

MACHADO, N. J. **Educação**: projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MEIRELES, C. C.; IZQUIERDO, T.; SANTOS, C. **Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca**. J. M. Sousa (Org.). Actas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores. Vol. 2. Universidade da Madeira, 26 a 28 de abril de 2007. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/6950/1/2007%20Educacao%20para%20todos%20e%20sucesso%20de%20cada%20um.pdf>>. Acesso em: 16/09/17.

MINAYO, C.S. **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 1994.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SANCHEZ, P. A. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.

SCHAFFNER, C. B.; BUSWELL, B. E. **Dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz**. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 69-87.

STAINBACK, S. W.; **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZOÍÁ, A. **Todos iguais, todos desiguais**. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). Educação: diversidade e inclusão em debate. Goiânia: Descubra, 2006. p. 13-25.